

Rejeitado na reunião da CACDLG de
13-12-2023, com os votos contra dos GPs do PS e PCP,
a favor dos GPs do PSD e CH, abstenção dos GPs da IL
e do BE e DURP do L, na ausência da DURP do PAN

Exmo. Senhor

Deputado Fernando Negrão

Dignm.º Presidente da Comissão de
Assuntos Constitucionais, Direitos
Liberdades e Garantias

ASSUNTO: Requerimento para Audição urgente do Sr. Ministro da Administração Interna.

Exmo. Sr. Presidente,

Na sequência do massacre perpetrado pela organização terrorista Hamas sobre civis israelitas, em 7 de outubro p.p., e da subsequente ofensiva israelita sobre a faixa de Gaza, as posições extremaram-se em ambos os lados do conflito.

O Hamas é o maior dos grupos de militantes islâmicos na Palestina, e controla a Faixa de Gaza desde 2007. Recentemente, apelou a todas as organizações pertencentes à Irmandade Muçulmana, para tomarem parte no Dia da Raiva contra os cidadãos de Israel, e contra os judeus em geral, onde quer que sejam encontrados.

Não é difícil imaginar a ameaça terrorista que uma tal convocação encerra, para quem se sinta tocado por ela, e passível de ser desencadeada em qualquer parte do Mundo, a qualquer momento, vinda da pessoa mais insuspeita.

As potenciais vítimas somos todos nós, mas principalmente, como é óbvio, são os judeus espalhados por todo o Mundo.

A comunidade judaica em Portugal ascende a 2910 indivíduos, segundo os Censos de 2021, sendo uma das mais diminutas da União Europeia.

No entanto, esta ameaça do terrorismo islâmico é sobre eles que impende com maior intensidade: veja-se o que sucedeu com a sinagoga do Porto, na semana passada, vandalizada com inscrições como “Libertem a Palestina!”, demonstrando claramente que os alvos preferenciais são os menos protegidos.

Quando isto acontece naquela que é a maior sinagoga da Península Ibérica, o receio de que algum anti-semitismo primário evolua para algo mais alimenta um crescente sentimento de insegurança, também neste País que progressivamente vai abandonando os brandos costumes que o têm caracterizado.

Assim sendo, justifica-se plenamente, no entender do Chega, procurar saber que cautelas especiais com a segurança da comunidade judaica – e, reflexamente, com a segurança de todos nós – está o Estado português a tomar.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem solicitar à Comissão que encete as diligências necessárias à audição urgente do Sr. Ministro da Administração Interna.

Palácio de S. Bento, 17 de outubro de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto

Bruno Nunes